

Sumário

DOCTRINA

ARTIGOS

Extinção da execução fiscal por falta de interesse de agir tema 1.184 do STF

Patrícia Lenfers, Terenice Maria Siebauer	9
Conclusão.....	19
Referências	20

Gestão ambiental aplicada à regularização fundiária sustentável

Edson Quirino dos Santos	23
1 Introdução.....	23
2 Regularização Fundiária Sustentável	24
2.1 Conceito	24
2.2 Ocupações Irregulares e Clandestinas em áreas ambientalmente protegidas na perspectiva do Direito à moradia	28
3 Instrumentos de Gestão Ambiental aplicados à regularização fundiária	32
3.1 Licenciamento Ambiental: Competências e delimitações.....	33
3.2 Estudos Técnicos Ambientais	35
3.2.1 Estudos Técnicos aplicados à Regularização Fundiária	36
3.2.2 Delimitações normativas do objeto dos estudos	37
3.2.3 Alternativas técnicas a viabilizar a regularização fundiária sustentável.....	39
3.2.4 Medidas Mitigatórias e/ou Compensatórias	42
4 Conclusões	43
Referências	45

Declaração de situação de emergência. Estiagem. Decreto Municipal nº 21.852/2023.

Contratações diretas. Dispensa de licitação. Art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/1993.

Instrução normativa PGM nº 10/2020. Casos concretos e repetitivos. Orientação geral

Gustavo Lopes Silva	49
1 Relatório	49
2 Fundamentação.....	49
2.1 Da Informação Jurídica Referencial	49
2.2 Dispensa de Licitação.....	52
2.2.1 Requisitos para as Contratações Diretas em Geral	55
2.2.1.1 Termo de Referência ou Projeto Básico homologado pelo Titular do Órgão ou Entidade	55
2.2.1.2 Justificativa de Preços	56
2.2.1.3 Mapa de Análise de Preços	57
2.2.1.4 Pedido de Liberação Aprovado.....	57
2.2.1.5 Minuta do Contrato ou outro Instrumento Hábil.....	57
2.2.1.6 Certidões e Declarações.....	59
2.2.1.7 Consultas de Verificação de Idoneidade.....	59
2.2.2 Requisitos para as Contratações Diretas fundadas em Situação Emergencial ou Calamitosa	60
3 Conclusão.....	60

Titulação de unidade imobiliária em Reurb-S. Legitimação Fundiária. Declarações e documentações necessárias

Aline Cândano Peixoto	63
1 Da possibilidade de aplicação de Informação Jurídica Referencial na Fase Titulatória de Regularização Fundiária de Interesse Social	63
2 Análise da Legitimação Fundiária da Regularização Fundiária de Interesse Social	64
2.1 A Legitimação Fundiária como instrumento de titulação na Reurb-S.....	64
2.2 Da documentação básica para qualificação do Legitimado/Beneficiário	65
2.3 Da documentação apta a demonstrar o atendimento dos requisitos legais da Legitimação Fundiária em Reurb-S.....	67
2.4 Outros aspectos a serem observados para a Legitimação Fundiária.....	69
2.4.1 Da preferência de concessão de direitos reais em nome da mulher e sua repercussão	69
2.4.2 Do Termo de Anuência do Lote	70
3 Considerações finais	70
Bibliografia consultada.....	71

Reajuste. Marcos temporais para cômputo. Índices de preços gerais, setoriais ou específicos que retratem/reflitam a variação efetiva do custo de produção ou dos insumos. Repactuação

Rodrigo Guimarães Simas	73
I Análise jurídica	73
I.I Reajuste e marcos temporais para cômputo – Lei 8.666/1993 e Lei 10.192/2001 .	73
I.II Marco para cômputo do reajuste na Lei 14.133/2021	78
I.III Índices aplicáveis ao reajuste	80
I.IV Repactuação.....	84
II Conclusão.....	92

Responsabilidade do fornecedor pela falta de transparência no tratamento de dados pessoais

Cristiane da Costa Nery	95
1 Introdução.....	95
2 A transparência como elemento de proteção do consumidor – uso da inteligência artificial e de algoritmos	97
3 Avaliação de casos concretos submetidos aos tribunais superiores	100
3.1 <i>Credit Scoring</i>	101
3.2 Criptografia de ponta a ponta – ausência de responsabilização do agente econômico desenvolvedor da tecnologia	102
3.3 Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 403 e Ação Direta de Inconstitucionalidade 5527	104
3.4 Dever de informação e responsabilização do gestor de banco de dados	106
4 A responsabilidade da Lei Geral de Proteção de Dados e as relações de consumo – a transparência como elemento essencial para a responsabilização.....	107
5 Conclusão.....	111
Referências	114

A Nova LINDB e seus reflexos no direito público brasileiro

Marcelo Schenk Duque, Rafael Ramos	117
--	-----

1	Considerações iniciais	117
2	Breve histórico do anteprojeto e do projeto da Nova LINDB (Lei nº 13.655/18)	121
3	Reflexos da Lei 13.655/18 no Decreto-lei nº 4.657/1942 (LINDB)	124
4	Linhas gerais da alteração legislativa	125
5	Cinco anos de Nova LINDB e seus reflexos no direito público	131
	Referências bibliográficas	135

Lei de Improbidade Administrativa e divergências de interpretação para fins de responsabilidade de agentes públicos

Márcio Cammarosano	139
Introdução	139
1 Da Presunção de constitucionalidade e interpretação conforme a Constituição	140
2 Do princípio da segurança jurídica e da confiança legítima	141
3 Do princípio da vedação do retrocesso	143
4 Do suposto esvaziamento da tipicidade em matéria de improbidade administrativa	144
5 Conclusão	147
Referências	148

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA

Supremo Tribunal Federal

Medida Cautelar em ADPF – Decisão normativa do TCU – Mudança na metodologia para realização do cálculo das quotas do Fundo de Participação dos Municípios - FPM – Utilização do censo demográfico em curso – Ofensa ao princípio da transparência, legítima confiança e da segurança jurídica – Necessidade de conclusão do censo do IBGE para o estabelecimento de novos coeficientes para distribuição da verba – Cautelar deferida. Referendo na Medida Cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 1.043/DF

151

Supremo Tribunal Federal

ADPF – Constitucional e Administrativo – Lei nº 5.723/2013 do Município de Cuiabá/MT – Autorização para a criação da Empresa Cuiabana de Saúde Pública – Alegação de que a empresa deve ser regida por lei complementar – Improcedência – Exigência que se aplica apenas às “fundações” – Alegação de que a saúde pública somente pode ser prestada por entes de direito público – Improcedência. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 401/MT

163

Supremo Tribunal Federal

Recurso Extraordinário – Repercussão geral – Taxa municipal – Torres e antenas de transmissão e recepção de dados e voz – Fiscalização do funcionamento das estações – Impossibilidade – Fiscalização do uso e da ocupação do solo por tais torres e antenas – Possibilidade – Necessidade de observância das competências da União, com aquelas para legislar privativamente sobre telecomunicações, fiscalizar os serviços de telecomunicações e editar normas gerais sobre direito urbanístico – Proporcionalidade com o custo da atividade municipal subjacente. Recurso Extraordinário nº 776.594/SP

173

Superior Tribunal de Justiça

Direito Tributário – ITBI – Aquisição de imóvel – Composição de Fundo de Investimento Imobiliário – Imunidade – Matéria constitucional – Exame – Inadequação – Transferência de propriedade –

Existência – Fato gerador – Configuração. Agravo em Recurso Especial nº 1.492.971/SP (2019/0118121-0)	203
Superior Tribunal de Justiça	

Recurso Especial – Administrativo – Desapropriação de imóvel por utilidade pública – Ausência do depósito previsto no artigo 15 do Decreto-Lei nº 3.365/1941 – Exigência legal para o deferimento de pedido de imissão provisória na posse que não impede a continuidade da demanda – Artigo 16, <i>caput</i> , incisos I e II, e §4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – Estimativa de impacto orçamentário-financeiro e declaração de compatibilidade das despesas às lei orçamentárias – Requisitos específicos das ações expropriatórias de imóveis para o desenvolvimento da política urbana. Recurso Especial nº 1.930.735/TO (2021/0097953-3).....	217
---	-----

CONSULTA

Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Consulta – Prefeitura municipal – Recursos da contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública (COSIP) – Pagamento de despesas de energias dos prédios públicos da Prefeitura – Bem de uso especial – Impossibilidade – Iluminação de quadras poliesportivas e campos de futebol – Bem de uso comum do povo – Possibilidade – Manutenção, expansão e modernização da rede municipal de iluminação em comunidades rurais – Precedente do STF – Possibilidade. Processo nº 1102191	229
--	-----

EMENTÁRIO	239
-----------------	-----

TENDÊNCIAS JURISPRUDENCIAIS	249
-----------------------------------	-----

INSTRUÇÕES PARA AUTORES.....	253
------------------------------	-----